



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de ensino
Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Educação

Ata da Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação do Estado do Pará – FEE-PA, realizada ao dia cinco do mês de maio de dois mil e quinze.

01 Às nove horas, do dia cinco de maio de dois mil e quinze, na sala de reunião do egrégio Conselho Estadual
02 de Educação do Estado do Pará, ocorreu a reunião Ordinária com a presença dos seguintes membros:
03 Doraci F. das Dores – CEDENPA; Milena Monteiro – Secretária Executiva da Secretaria do Fórum
04 Estadual de Educação - SEFEE; Karine Almeida – SEFEE; Luiz Acácio Centeno Cordeiro – CEE; José
05 Roberto Alves - SEDUC; Francisco Williams C. Lima – UNCME; Maria de Fátima Cravo de Sousa –
06 SEMEC/Belém; Manuella Porto – SEMEC/Belém; Maria Gorete Rodrigues de Basto – UNCME; Ana
07 Cláudia Sena – SENAC; Maria Beatriz Padovani – SEDUC/SASE; Kátia Tárrio – CEE; Ana Lúcia Mello
08 – CEE; Suely Menezes – CEE, Ronaldo Oliveira Rocha - SINTEPP, Orlando Nobre – PROIFES; Nair
09 Mascarenhas - UNDIME, Regina Lúcia de Souza Pantoja - SEDUC (ouvinte). O Prof.º Emmanuel Ribeiro
10 Cunha – ANFOPE justificou sua ausência em virtude de se encontrar em outro compromisso de trabalho,
11 assim como a Prof.ª Ana Rosa Peixoto de Brito – ANFOPE e Prof.ª Glória Farias da Rocha – UEPA por
12 motivos de restrição de saúde. A Reunião Ordinária tratou da seguinte pauta: Aprovação da Ata da
13 Reunião Ordinária do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze; Apreciação do Documento Base do
14 PEE; o que ocorrer. Saudando a todos os presentes, a Coordenadora do FEE-Pa, Prof.ª Ana Cláudia
15 Serruya Hage, iniciou as comunicações, solicitou o registro em Ata, de que até a presente data não havia
16 recebido nenhuma contribuição dos membros do FEE para o Documento Base do PEE. Sobre o primeiro
17 ponto de pauta, aprovação da Ata de abril do presente ano, a coordenadora retomou a questão da
18 publicação das Atas sem frequências dos anos de e dois mil e doze e de dois mil e treze, e informou que a
19 Secretária Executiva do FEE sugeriu que os membros do FEE validassem as referidas Atas, por meio de
20 assinatura de frequência de cada Ata, procedimento imediatamente efetivado. O pleno acatou por
21 unanimidade e, todas as Atas foram validadas. Também foi aprovada a Ata referente ao dia vinte e sete de
22 abril de dois mil e quinze. Prosseguindo para o segundo ponto de pauta, a coordenadora passou a palavra à
23 Prof.ª Beatriz Padovani, que iniciou a leitura do texto e fez uma ressalva das metas que não são de
24 competência direta do Estado, citando, como exemplo, a Educação infantil, que integra o Plano Estadual
25 de Educação, porém contempla o nível educacional de responsabilidade do município, cabendo ao Estado
26 apenas a função supletiva e/ou colaborativa para atender a qualidade educacional nacionalmente
27 estabelecida. A Prof.ª Doraci das Dores questionou como o Estado está procedendo quanto a
28 municipalização, ao passo que a Prof.ª Ana Claudia Serruya Hage esclareceu que dos cento e quarenta e
29 quatro municípios só trinta e nove ainda não estão municipalizados, fez um recorte para o município de
30 Belém, que está quase totalmente municipalizado, faltando apenas duas creches, salientou que inclusive o
31 Estado não recebe mais o FUNDEB, sendo o repasse direto ao Município. A Prof.ª Beatriz Padovani
32 informou que o texto da Educação Infantil, recebeu a seguinte contribuição: "a presente meta integra o
33 Plano Estadual de Educação, porém contempla nível educacional de responsabilidade do Município,
34 cabendo ao Estado, apenas, atuação supletiva e/ou colaborativa para atendimento das metas nacionalmente
35 estabelecidas pela Lei nº 13.005/2014". Após esse momento, foram submetidas à apreciação dos
36 presentes, as estratégias, não havendo modificações. No texto do ensino fundamental foi acrescentado a
37 seguinte contribuição: "A presente meta integra o Plano Estadual de Educação, porém contempla nível
38 educacional de responsabilidade compartilhada entre Estado e Município, cabendo ao primeiro, atuação
39 suplementar e/ou colaborativa para atendimento das metas nacionalmente estabelecidas pela Lei nº
40 13.005/2014, no que se refere ao Ensino Fundamental municipalizado nos termos da LDBEN". Ainda com
41 a palavra, a Prof.ª Beatriz Padovani explicou que o trecho trata de uma garantia para que o Estado não seja
42 cobrado pelo que não lhe compete atuar. O Prof.º Francisco Williams sugeriu ajustes no texto, cujo trecho
43 diz “define as diretrizes, metas e estratégias do Plano Estadual”, devendo ser substituído por “assume as
44 diretrizes do Plano Nacional, conforme a Lei 13.005/2014”, sendo acatado pelo pleno. A Prof.ª Beatriz
45 Padovani pontuou as alterações realizadas no Documento Base do PEE conforme segue: a meta do ensino
46 médio não recebeu contribuições dos membros do FEE até o momento da reunião, da mesma forma a meta
47 4 também não recebeu nenhuma alteração, na meta 5, Alfabetização, foi colocada observação sobre a
48 competência direta do Município, motivo pelo qual acrescentou o texto de ressalva visto que não é
49 competência primeira do Estado garantir a alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

50 A meta 6 recebeu contribuição referente às ações do Estado sobre educação integral, mas sem alterar o que
51 foi proposto. Informou que não houve alteração nas estratégias e que também foram usadas ressalvas para
52 educação superior e formação de professores, esclarecendo que as metas integram o Plano Estadual de
53 Educação, porém contemplam o nível educacional de responsabilidade da União, cabendo ao Estado
54 atuação suplementar e/ou colaborativa para atender a qualidade educacional nacionalmente estabelecida.
55 Esclareceu que é necessário aprovar esse Documento Base para dar seguimento ao trabalho, onde outras
56 colaborações serão incorporadas. Além disso, será dada publicidade, o Documento receberá outras
57 emendas que serão novamente sistematizadas e apreciadas na próxima reunião do FEE para aprovação
58 definitiva. A Prof.^a Beatriz Padovani passou a palavra para a Secretária Executiva, Prof.^a Milena Monteiro,
59 que falou acerca do processo de tramitação, reiterou que o Documento Base foi encaminhado aos membros
60 do FEE, no dia trinta do mês abril para receber contribuições, bem como às coordenações da SEDUC, que
61 tiveram acesso ao Documento e fizeram algumas contribuições. Além disso, enfatizou que a
62 sistematização das contribuições recebidas até a presente data será realizada nos dias cinco e seis de maio,
63 para que no dia sete de maio seja disponibilizado no site oficial da SEDUC com e-mail para envio de
64 contribuições que serão recebidas até quarenta e oito horas após a Audiência Pública. Após o período o
65 Documento Base será novamente sistematizado, para em seguida retornar para o debate no FEE e
66 aprovação da última versão. A coordenadora abriu as inscrições para debate do pleno. A Prof.^a Doraci F.
67 das Dores falou acerca da Meta 8 e da necessidade do Estado colocá-la em prática. Relativo a essa fala, a
68 coordenadora informou que o Sr. Secretário leu o plano inteiro e orientou que fosse sistematizado de
69 maneira que o Estado possa cumprir, por esse motivo, alguns trechos foram acrescentados, que tratam da
70 responsabilidade dos Entes. A Prof.^a Ana Cláudia Serruya Hage informou ainda, que, antes mesmo do
71 trabalho com o PEE, desde que a Prof.^a Creusa Barbosa assumiu a Coordenação do setor Quilombola da
72 Secretaria de Educação, essa questão é trabalhada dentro das escolas e a SEDUC a trabalha dentro do
73 currículo, salientou ainda, que é papel do cidadão, fazer com que o se cumpra o plano. O Prof.^o Francisco
74 Willians questionou sobre a Lei do Plano Estadual que está em vigor, e se esse Documento se propõe a
75 revogar na íntegra o anexo da Lei que aprovou o Plano Estadual. Além disso, argumentou que a Lei que
76 aprovou o Plano Nacional de Educação trouxe alguns indicativos importantes da gestão das políticas
77 educacionais, a exemplo da questão do financiamento, que não apareceu somente nas Metas e Estratégias,
78 mas também nos dispositivos da própria Lei. Sugeriu que os membros do FEE contribuam com a
79 elaboração da minuta de Lei que vai aprovar o novo anexo do PEE, a exemplo do que se observa no PNE.
80 Argumentou que por se tratar de um Plano extenso, muitas das coisas que se coloca no FEE pode se perder
81 a memória, e a Lei muitas vezes traz indicativos mais concisos, mais diretos e analisando as leis que
82 aprovaram os anexos dos planos, tanto em âmbito federal, estadual e municipal, há um avanço
83 considerável, visto que anteriormente as leis só diziam: “esta Lei aprova o anexo do PNE”. Sugeriu que se
84 avance nesse sentido, trazendo alguns elementos que podem ser incorporados de maneira mais direta na
85 minuta de Lei que deve aprovar esse novo anexo do PEE. A Prof.^a Beatriz Padovani, a respeito da fala do
86 Prof.^o Francisco Willians, afirmou que tecnicamente a revogação da Lei do Plano em vigor ocorrerá com
87 a aprovação da Lei do novo Plano. Quanto às contribuições para a minuta do projeto de lei, mencionou que
88 possui trabalhos nesta área, e, convidou o Prof.^o Francisco Willians, caso tenha colaborações, para
89 dialogarem na reunião seguinte do FEE. A Prof.^a Ana Claudia Serruya Hage ressaltou que o Documento
90 do Plano anterior será revogado, pois se fosse apenas realizadas alterações, não seria um Plano Decenal.
91 Afirmou que o Fórum, entre suas atribuições, deverá acompanhar a execução do Plano do Estadual. Com a
92 palavra, a Prof.^a Suely Menezes relatou sua satisfação do FEE encontrar-se nesse estágio do plano, afirmou
93 que dia doze certamente será aprovado. Informou que nos dias vinte e oito e vinte e nove estará em reunião
94 no Fórum Nacional e anunciará com lisonja que o Pará tem o seu Plano Estadual, a fim de quebrar o
95 paradigma de que o Pará é sempre o último. A Prof.^a Suely Menezes aproveitou o momento para
96 parabenizar a equipe pela parceria que foi estabelecida, afirmou que se houver a mesma parceria na
97 Assembléia, no sentido de acelerar o processo, o Documento será aprovado em tempo hábil, visto que o
98 prazo não será prorrogado pelo Ministério da Educação - MEC. A Prof.^a Ana Claudia Serruya Hage
99 convidou os presentes para participarem da Audiência Pública para o próximo dia doze, às oito horas e
100 trinta minutos, no CENTUR. Também, agendou a próxima reunião do FEE para o dia dezoito de maio,
101 às nove horas, da qual deverá sair o Projeto de Lei pronto para o Sr. Secretário de Educação levar para o
102 Governador, que posteriormente encaminhará à Assembleia Legislativa - ALEPA, visto que deve tramitar
103 por cerca de vinte a trinta dias para aprovação. A Prof.^a Doraci F. das Dores informou que nesta data estará
104 impossibilitada de comparecer, afirmou que será representada por sua suplente, Dra. Zélia Amador de
105 Deus. O Prof.^o Francisco Willians concluiu que a coordenação da Audiência Pública será feita pelo próprio
106 FEE, e que as contribuições serão coletadas e trazidas novamente para reunião. A Prof.^a Ana Claudia

107 Serruya Hage destacou que o Documento Base também precisa ser tramitado no Conselho Estadual de
108 Educação - CEE, e reportou-se ao primeiro presidente do FEE, Prof.º Acácio Centeno, que se fazia
109 presente para acompanhar a aprovação do PEE, e recebeu o agradecimento da coordenadora pelo trabalho
110 que fora desenvolvido desde dois mil e onze. A Prof.ª Suely Menezes informou que no próximo dia sete o
111 Documento Base será encaminhado para apreciação no CEE, e que por este ter participado efetivamente
112 do processo enquanto membro do FEE, delegará ao próprio FEE que, após a Audiência Pública, faça os
113 ajustes finais. A esse respeito, O Prof.º Francisco Willians mencionou que era importante que o parecer do
114 CEE fosse apresentado na Audiência, pois o fato de ter sido apreciado e aprovado por mais um colegiado,
115 fortalecia e dava substância ao Documento. Ainda sobre o assunto, a Prof.ª Beatriz Padovani, explicou
116 que o CEE aprovará o Documento Base e delegará ao FEE a competência para apreciar e incorporar
117 eventuais emendas. Em seguida a coordenadora iniciou o ponto de pauta “o que ocorrer” e deixou
118 registrado que no dia vinte e nove de abril houve reunião em Brasília do Fórum Nacional de Educação,
119 porém, em virtude da situação de greve da Rede Pública Estadual, e das negociações das quais precisou
120 intermediar, não foi possível participar, contudo, a Prof.ª Suely Menezes, enquanto membro deste FEE, do
121 FNE e enquanto Presidente dos Conselhos Estaduais de Educação, representou o Estado do Pará e fará o
122 repasse de tudo que ocorreu para conhecimento de todos. Aproveitou para agradecer a parceria do CEE
123 com a SEDUC e com o FEE. Com a palavra, a Prof.ª Suely Menezes, solicitou a Secretária do CEE que
124 disponibilizasse as apresentações do FNE para a Secretária do FEE, em seguida pontuou que a primeira
125 parte da reunião tratou de uma pesquisa na Universidade de Pernambuco, sobre a situação dos Fóruns
126 Estaduais, na qual o Estado do Pará estava dentre a maioria dos Estados e não na ponta. Sobre a segunda
127 parte da reunião, informou que estavam presentes quase todos os coordenadores dos Fóruns, e foram
128 divididos em duas grandes comissões, de mobilização e de sistematização, para desenvolver a seguinte
129 proposta: Coordenadores de cada Estado deveriam mobilizar as suas respectivas comissões num exercício
130 de definir propostas para serem realizadas após a aprovação do Plano, levando em consideração: como os
131 Fóruns vão se comportar e que tipo de trabalho vão realizar para o processo de monitoramento dos planos.
132 Ainda com a palavra a Prof.ª Suely Menezes sugeriu trazer esta mesma dinâmica para este FEE,
133 questionou o que o FEE, vai utilizar para fazer o acompanhamento após o sancionamento do PEE, assim
134 como dos Planos Municipais, usou como exemplo o portal da SASE, que diariamente é atualizado com
135 informações sobre a situação de cada Estado e seus respectivos municípios quanto à elaboração ou
136 adequação dos Planos de Educação. Salientou que o FEE não tem o mesmo aparato da SASE, INEP, mas
137 pode pensar em outras formas de realizar o monitoramento. Após a fala da Prof.ª Suely Menezes, a
138 Secretária Executiva da UNDIME, Nair Mascarenhas, informou que nos dias vinte e dois, vinte e três e
139 vinte e quatro de abril ocorreu o Fórum Estadual da UNDIME-PA, e relatou que vivenciou o processo de
140 eleição para próxima diretoria do segmento, quando foi eleita presidente da UNDIME a Sr.ª Diana
141 Amorim, atualmente Secretária Municipal de Educação de Vitória do Xingu. Informou ainda que na
142 próxima reunião do FEE estará presente o novo representante da instituição, e que permanecerá enquanto
143 suplente. Após os informes, a coordenadora agradeceu a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, a
144 reunião foi encerrada às dez horas, e eu, Milena Monteiro, lavrei presente Ata que vai com frequência em
145 anexo. A ata foi submetida à apreciação pelo pleno e foi aprovada por unanimidade com suas devidas
146 correções.